

**DISSERTAÇÕES
DO PPGD/FUMEC**

LINHA DE PESQUISA: AUTONOMIA PRIVADA, REGULAÇÃO E ESTRATÉGIA

A necessidade crescente de promoção do desenvolvimento econômico sustentável, contraposta com a significativa regulação da atividade econômica, com a crescente intervenção do Estado nos negócios e com a excessiva judicialização dos fenômenos jurídicos, são questões relevantes, contemporâneas e integram a base de diversos problemas científicos e práticos que envolvem as abordagens das tensões entre autonomia privada, regulação e estratégia.

Essa situação exige que o Direito seja reconhecido não apenas como ciência e instrumento legítimo de solução de conflitos, mas como elemento fundamental de estruturação dos objetivos das pessoas (naturais e jurídicas) e das organizações (privadas e públicas), para que estas realizem os seus objetivos estratégicos com o menor custo e com a maior eficiência possível, respeitados os limites normativos, filosóficos e éticos decorrentes do Estado Democrático de Direito.

Nesse contexto, é fundamental o desenvolvimento de ideias inovadoras no âmbito da ciência do Direito, bem como a análise, a reflexão e a crítica propositiva de questões estruturantes, tais como, dentre outras: os limites da intervenção estatal na atividade econômica e na autonomia privadas; a normatividade contemporânea e a estruturação lícita dos negócios e dos mercados globalizados; a liberdade de contratar; a interpretação finalística e contemporânea dos institutos clássicos do direito privado; o confronto entre a autonomia privada e o interesse público; a dicotomia entre a propriedade privada e a função social da empresa; as relações entre as empresas, o Estado e as organizações do terceiro setor; a composição de interesses privados e públicos nos mercados; a ineficiência dos instrumentos de controle da atividade econômica; as parcerias entre o público e o privado; as relações entre os modelos de negócios, o planejamento empresarial, a gestão estratégica das organizações e a eficiência dos planejamentos jurídicos (tributários, societários, contratuais, trabalhistas etc); o uso de estruturas jurídicas tipicamente privadas para organização da atividade estatal; a dominação de mercados e a livre concorrência; as combinações de negócios, fusões e aquisições; a liberdade de agir, de pensar, de informar e de ser informado, de empreender.

Data de Início: 01/09/2014

<http://ppg.fumec.br/direito/linhas-de-pesquisa/>

ANÁLISE DA SOBREPOSIÇÃO DE DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NO DESIGN

MARINA VELOSO MOURÃO

MOURÃO, Marina Veloso. **Análise da sobreposição de direitos de propriedade intelectual no design**. 97f. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 10 de julho de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom"

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Andrade Gabrich

RESUMO

O Direito e a arte fazem parte do universo humano, um como forma de preservação do equilíbrio social e outro como forma de vivências emocionais. A valorização das obras de *design* e *arte aplicada* está cada dia mais presente na vida da população, que busca uma experiência ou um objeto que seja diferente e agradável. Nesse sentido, a presente dissertação de mestrado propõe, como problema de pesquisa, a análise da viabilidade da dupla proteção dos objetos de design reconhecidos como obras de arte no Brasil, tal como ocorre na França. O objetivo geral é demonstrar a necessidade de se estabelecer quais normas de propriedade intelectual protegem o design e as artes aplicadas, considerando que a Lei de Direitos Autorais e a parte reservada ao desenho industrial da Lei de Propriedade Industrial apresentam lacunas quanto à adequada forma de proteção desses bens jurídicos no ordenamento brasileiro. Para atingir o objetivo geral, utiliza-se, predominantemente, o método hipotético dedutivo, analisando-se de forma crítica a Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) e a Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96), ambas brasileiras, a doutrina e a jurisprudência nacionais e europeias relativas aos temas abordados, realizando-se, supletivamente, uma análise da proteção sobreposta no Direito comparado entre Brasil e França. Adicionalmente, apresenta-se uma sugestão de alteração na Lei de Direitos Autorais brasileira, de forma a preencher a lacuna existente quanto à proteção do design e das obras de arte aplicada, a fim de conferir maior segurança jurídica aos destinatários da lei.

Palavras-chave: Propriedade intelectual. Direitos autorais. Obra de arte aplicada. Design. Desenho industrial. Sobreposição de direitos.

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO E O PAPEL ESTRATÉGICO DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO: UMA ANÁLISE DO MODELO ADOTADO PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E DOS IMPACTOS NA DESJUDICIALIZAÇÃO

CAROLINA FINGER MARTINEZ MORALES

MORALES, Carolina Finger Martinez. **Mediação e conciliação e o papel estratégico dos serviços notariais e de registro: uma análise do modelo adotado pelo Conselho Nacional de Justiça e dos impactos na desjudicialização.** (266 folhas) f. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 05 de agosto de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientadora: Profa. Dra. Danúbia Patrícia de Paiva

RESUMO

No atual Estado Democrático de Direito, levando em conta a sociedade civil organizada, as decisões impostas pelo Poder Judiciário, de forma coercitiva, vêm deixando de serem vistas como o único meio de satisfação de direitos. Assim, a mediação e a conciliação extrajudiciais realizadas pelos notários e registradores passam a representar marcos significativos. Contudo, demonstra-se ser imprescindível verificar se o modelo concebido pelo Conselho Nacional de Justiça para o exercício da mediação e conciliação pelas serventias extrajudiciais está apto a assegurar a composição de litígios consensualmente. Assim, indaga-se, como problema de pesquisa, se o objetivo de consolidar as políticas públicas de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de resoluções de conflitos, almejado pelo Conselho Nacional de Justiça, com os princípios e diretrizes atualmente existentes, notadamente pelos preceitos estabelecidos no Provimento nº 67/2018, que estabeleceu um padrão para os institutos da conciliação e mediação nos serviços notariais e registrais, mostra-se eficiente e suficiente para dirimir controvérsias, com aptidão para gerar impactos relevantes na desjudicialização, promovendo a concretização do direito de acesso à justiça. Como hipótese, afirma-se que modelo adotado pelo Conselho Nacional de Justiça, em especial, no Provimento nº 67/2018, contém lacunas e contrariedades ao tratar dos institutos extrajudiciais de resolução de conflitos, tanto entre dispositivos do próprio provimento regulamentador deste conselho, como entre legislações gerais e especiais sobre o tema, não se revelando, de forma isolada, verdadeiramente eficiente e suficiente na solução das controvérsias, podendo causar prejuízo no direito de acesso à justiça e impactos negativos na desjudicialização. A pesquisa adota, como marcos teóricos convergentes, o conceito de Análise Estratégica do Direito de Frederico de Andrade Gabrich, que sustenta a necessidade de uma nova hermenêutica, aplicando regras e princípios jurídicos para prevenir e solucionar conflitos, relativizando abordagem legalista, conflituosa e processualista, em proveito da prevenção e da resolução extrajudiciais, bem como o conceito,

de Aflaton Castanheira Maluf, para quem a mediação e a conciliação extrajudiciais compreendem institutos eficazes de resolução de conflitos, e que notários e registradores podem e devem ser mediadores e conciliadores. O objetivo geral da pesquisa é elaborar uma análise crítica dos institutos da mediação e conciliação extrajudiciais, com a participação dos notários e registradores, além de identificar se os meios de resolução de conflitos estão aptos atualmente a produzir os efeitos de prevenção e composição de litígios, como foram idealizados. Quanto aos demais aspectos metodológicos, a pesquisa se insere em perspectiva jurídico-sociológica, adotando como raciocínio predominante o hipotético-dedutivo. Quanto aos setores de conhecimento, a pesquisa é interdisciplinar, conjugando conceitos de Direito Processual, Direito Constitucional, Teoria do Direito, Direito Civil e Análise Estratégica do Direito. Quanto ao tipo de pesquisa, é bibliográfica e documental; no tocante à natureza dos dados de pesquisa, são primários, levantados a partir de pesquisa às leis, resoluções e demais normas, trabalhados diretamente pelo pesquisador, e secundários a literatura especializada e a doutrina atinentes à temática.

Palavras-chave: Mediação. Conciliação. Cartórios. Serventias extrajudiciais. Meios alternativos de solução de conflitos. Conselho Nacional de Justiça. Acesso à justiça.

ABSTRACT

In the current Democratic State of Law, taking into account organized civil society, the decisions imposed by the Judiciary, in a coercive way, are no longer seen as the only means of satisfaction of rights. Thus, the extrajudicial mediation and conciliation carried out by notaries and registrars now represent significant milestones. However, it proves to be essential to verify if the model conceived by the Brazilian National Council of Justice for the exercise of mediation and conciliation by extrajudicial services can ensure the composition of disputes by consensus. Thus, it is asked, as a research problem, whether the objective of consolidating public policies to encourage and improve the consensual mechanisms for resolving conflicts, sought by the Brazilian National Council of Justice, with the principles and guidelines currently existing, notably by the established precepts in Provision nº 67/2018, which established a standard for the institutes of conciliation and mediation in notary and registry services, it proves to be efficient and sufficient to settle disputes, with the ability to generate relevant impacts on judicialization, promoting the realization of the right of access the Justice. As a hypothesis, it is stated that the model adopted by the Brazilian National Council of Justice, especially in Provision nº 67/2018, contains gaps and setbacks when dealing with extrajudicial conflict resolution institutes, both between provisions of this council's regulatory provision, as well as between general and special legislation on the subject, not proving to be, in isolation, truly efficient and sufficient in the solution of controversies, which may cause damage to the right of access to justice and negative impacts on judicialization. The research adopts, as converging theoretical frameworks, the concept of Strategic Analysis of Law by Frederico de Andrade Gabrich, which supports the need for a new hermeneutics, applying rules and legal principles to prevent and resolve conflicts, relativizing a legalistic, conflicting and procedural approach, for the benefit of extrajudicial prevention and resolution, as well as the concept, by Aflaton Castanheira Maluf, for whom extrajudicial mediation and conciliation comprise effective conflict resolution institutes, and that notaries and registrars can and should be mediators and conciliators. The general objective of the research is to elaborate a critical analysis of the institutes of extrajudicial mediation and conciliation, with the participation of notaries and registrars, in addition to identifying if the means of conflict resolution are currently able to produce the effects of prevention and composition of disputes, how they were conceived. As for the other methodological aspects, the research is inserted in a juridical-sociological perspective, adopting the hypothetical-deductive reasoning as the predominant reasoning. As for the knowledge sectors, the research is interdisciplinary, combining concepts of Procedural Law, Constitutional Law, Jurisprudence, Civil Law, and Strategic Analysis of Law. As for the type of research, it is bibliographic and documentary; concerning the nature of the research data, they are primary, raised from research to laws, resolutions, and other norms, worked directly by the researcher, and secondary to specialized literature and doctrine related to the theme.

Keywords: Mediation. Conciliation. Notaries. Extrajudicial services. Alternative dispute resolution. Brazilian National Council of Justice. Access to justice.

O DESASTRE DE MARIANA E A PREVENÇÃO DO RISCO SOCIAL DO DANO AMBIENTAL

KATHIA FRANÇA E SILVA

SILVA, Kathia França e. **O desastre de Mariana e a prevenção do risco social do dano ambiental**. 117f. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 10 de agosto de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientador "ad hoc": Profa. Dra. Luciana Diniz Durães Pereira

RESUMO

A expansão do capitalismo a partir da Revolução Industrial, responsável pelo crescimento econômico mundial, se deu à custa da exploração predatória do meio ambiente. O avanço desordenado das atividades extrativistas predatórias culminou, no século XX, com a iminente ameaça do esgotamento dos recursos naturais, despertando a necessidade de se repensar toda a forma de produção. Nesse contexto, percepção do Direito e da Economia, como dois sistemas independentes, possibilita a observação correta da interseção de sistemas que mutuamente se refletem e se influenciam, o que se denomina Análise Econômica do Direito, setor do conhecimento que tem em Ronald Coase um dos seus principais expoentes. A análise do custo da alocação de recursos, bem como a fixação dos direitos de propriedade, pilares da teoria de Coase, é relevante para se evitar desastres ambientais. Assim, indaga-se, como problema de pesquisa, como as diretrizes apontadas no Teorema de Coase, marco teórico da pesquisa, aplicadas ao processo de criação das normas regulamentadoras do Direito Ambiental, diminuiriam o risco dos prejuízos socioambientais, tais como os ocorridos com o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, induzindo o comportamento do setor de mineração a privilegiar a preservação dos recursos naturais. Como hipótese, afirma-se que a aplicação das diretrizes apontadas por Ronald Coase, como meio de conferir mais eficiência às leis, regulamentos e políticas públicas – desestimulando o mercado que otimiza o lucro, sem contabilizar os prejuízos socioambientais –, garantiria a prevenção do risco social do dano ambiental, tal como ocorrido na cidade de Mariana/MG, pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério de Fundão. O objetivo geral da pesquisa é investigar a possibilidade de se antever o comportamento dos atores econômicos na seara ambiental, a partir dos vetores apontados pelo Teorema Coase, identificando se desestimularão a atuação no mercado. Além disso, busca-se ressaltar como a incorporação do arcabouço teórico fornecido pelo Teorema de Coase, pela legislação, regulação e políticas públicas ambientais, em conjunto com os avanços na área de proteção ambiental, poderão apresentar soluções alternativas para impedir a utilização indiscriminada dos recursos naturais. Quanto aos demais aspectos metodológicos, a pesquisa se insere em perspectiva jurídico-sociológica, adotando como raciocínio predominante o hipotético-dedutivo. É de perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, uma vez que se propõe abordar a interface entre o Direito e a Economia em suas dimensões positiva e normativa, além da Análise Econômica do Direito.

Palavras-chave: Análise Econômica do Direito. Economia. Direito. Direito Ambiental. Teorema de Coase. Ronald Coase. Desastre de Mariana. Barragem de Fundão. Mineração. Samarco. Vale.

ABSTRACT

The expansion of capitalism from the Industrial Revolution, responsible for the world's economic growth, came at the expense of predatory exploitation of the environment. The disordered advance of predatory extractive activities culminated, in the twentieth century, with the imminent threat of the depletion of natural resources, awakening the need to rethink the whole form of production. In this context, perception of law and economics, as two independent systems, enables the correct observation of the intersection of systems that mutually reflect and influence each other, what is called Economic Analysis of Law, a sector of knowledge that has in Ronald Coase one of its main exponents. The analysis of the cost of resource allocation, as well as the fixing of property rights, pillars of Coase's theory, is relevant to avoid environmental disasters. Thus, the research problem is asked how the guidelines pointed out in Coase's theorem, the theoretical framework of the research, applied to the process of creation of environmental law regulatory norms, would reduce the risk of socio-environmental damage, such as those that occurred with the rupture of the Fundão dam, in Mariana/MG, inducing the behavior of the mining sector to privilege the preservation of natural resources. As a hypothesis, it is stated that the application of the guidelines pointed out by Ronald Coase, as a means of giving more efficiency to laws, regulations and public policies – discouraging the market that optimizes profit, without accounting for socio-environmental losses – would ensure the prevention of social risk of environmental damage, as occurred in the city of Mariana/MG, by the rupture of the Fundão ore tailings dam. The general objective of the research is to investigate the possibility of anticipating the behavior of economic actors in the environmental field, from the vectors pointed out by the Coase Theorem, identifying whether they will discourage the performance in the market. Also, it seeks to highlight how the incorporation of the theoretical framework provided by Coase's theorem, by legislation, regulation and environmental public policies, is together with advances in the area of environmental protection, may present alternative solutions to prevent the indiscriminate use of natural resources. As for the other methodological aspects, the research is inserted in a juridical-sociological perspective, adopting as predominant reasoning the hypothetical-deductive. It is from an interdisciplinary and transdisciplinary perspective, since it proposes to approach the interface between Law and Economics in its positive and normative dimensions, in addition to the Economic Analysis of Law.

Keywords: Economic Analysis of Law. Economy. Law. Environmental Law. Coase's theorem. Ronald Coase. Mariana disaster. Fundão Dam. Mining. Samarco. Vale

A SEGURANÇA JURÍDICA NO SISTEMA REGISTRAL IMOBILIÁRIO BRASILEIRO À LUZ DO DIREITO COMPARADO: SUPERAÇÃO DA SÚMULA 84 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PELA LEI Nº 13.097/2015

CLÁUDIA MARIA RESENDE NEVES GUIMARÃES

GUIMARÃES, Cláudia Maria Resende Neves. **A SEGURANÇA JURÍDICA NO SISTEMA REGISTRAL IMOBILIÁRIO BRASILEIRO À LUZ DO DIREITO COMPARADO: Superação da súmula 84 do Superior Tribunal de Justiça pela Lei nº 13.097/2015.** 285 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 21 de agosto de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientador: Prof. Dr. Daniel Firmato Almeida Glória

RESUMO

O problema a ser investigado neste trabalho é: após a edição da Lei n. 13.097/2015, a súmula 84 do Superior Tribunal de Justiça continua válida? A hipótese é que, se antes da edição da Lei n. 13.097/2015, a súmula 84 já era considerada pela melhor doutrina como equivocada, porquanto desconsiderava que publicidade registral imobiliária é a única forma da promessa de compra e venda irradiar efeitos erga omnes, após a edição da Lei n. 13.097/2015 não há mais qualquer espaço para clandestinidade imobiliária no ordenamento jurídico pátrio. A pesquisa inicia-se com o panorama da transmissão da propriedade imobiliária no direito comparado, a partir do qual é feita a análise da classificação dos sistemas de registros imobiliários vigentes no direito comparado, dando relevo à França, aos Estados Unidos da América, à Alemanha, à Inglaterra, à Espanha e à Áustria. Após, explora-se a transmissão da propriedade imobiliária no Brasil, analisando-se a evolução histórica da sua ocupação territorial e legislação pertinente até 2015, para, então, tratar da sua eficiência quanto à segurança jurídica almejada nas transações imobiliárias. Como metodologia, recorre-se à doutrina nacional e estrangeira especializada sobre o tema, bem como a jurisprudência brasileira. Verifica-se que a instrumentalidade do registro imobiliário, tanto no sentido social como econômico, tendo os princípios registrares imobiliários como terreno fértil para a segurança jurídica nas transações imobiliárias, permite concluir que, a partir da Lei n. 13.097/2015, com a obrigatoriedade de concentrar todas as informações da situação jurídica do imóvel na sua matrícula – e a respectiva sanção pelo seu descumprimento –, o legislador ordinário deixou para trás o modelo de segurança jurídica estática, adotando, a partir de então, a segurança jurídica dinâmica, elevando sobremaneira o nível de segurança nas relações imobiliárias. Conclui-se, assim, que a Lei n. 13.097/2015, na parte que trata de registros imobiliários, é uma barreira intransponível para a clandestinidade imobiliária, que até então não só era tolerada, como também incentivada pela súmula 84 do Superior Tribunal de Justiça.

Palavras-chave: Segurança Jurídica. Registro Imóveis. Lei 13.097/2015. Súmula 84 STJ.

ABSTRACT

The problem to be investigated in this paper is: after the enactment of Law nº 13.097/2015, is the precedent nº 84 of the Superior Court of Justice still valid? The hypothesis is that, if before the enactment of Law nº 13.097/2015, the precedent nº 84 was already considered by the best doctrine to be mistaken, as it disregarded that real estate registration advertising is the only way of the promise of buying and selling to radiate erga omnes effects, after the enactment of Law nº 13.097/2015 there is no longer any space for clandestine real estate in the national legal system. The research begins with the panorama of the transmission of real estate in comparative law, from which the analysis of the classification of real estate registration systems in force in comparative law is made, giving emphasis to France, the United States of America, Germany, England, Spain and Austria. Afterwards, the transmission of real estate in Brazil is explored, analyzing the historical evolution of its territorial occupation and pertinent legislation until 2015, to then address its efficiency regarding the legal security desired in real estate transactions. As a methodology, brazilian and foreign specialized doctrine on the subject is used, as well as nacional jurisprudence. It appears that the instrumentality of the real estate registry, both in the social and economic sense, having the real estate registry principles as a fertile ground for legal security in real estate transactions, allows us to conclude that, from Law nº 13.097/2015, with the obligation to concentrate all the information on the legal status of the property in its registration – and the respective sanction for its non-compliance –, the ordinary legislator left behind the static legal security model, adopting, from then on, dynamic legal security, greatly raising the level of security in real estate relations. It is concluded, therefore, that Law nº 13.097/2015, in the part that deals with real estate records, is an insurmountable barrier to real estate hiding, which until then was not only tolerated, but also encouraged by precedent nº 84 of the Superior Court of Justice.

Keywords: Legal Security. Real Estate Registry. Law nº 13.097/2015. Precedent nº 84 STJ.